

Município de Candelária
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA
EXERCÍCIO DE 2021

A) Os valores referentes aos exercícios de 2017, 2018 e 2019 foram obtidos a partir dos dados constantes nos respectivos balanços anuais.

B) Os valores relativos à arrecadação de 2020 foram obtidos a partir da receita arrecadada até o mês de agosto, acrescida da tendência de arrecadação até o final do exercício.

C) Em linhas gerais, nas projeções para os exercícios de 2021, 2022 e 2023, o cenário projetado sinaliza para um crescimento global das receitas em torno de uma taxa média de cerca de 10,94%.

D) O pressuposto geral de comportamento da Receita Municipal é o da existência de uma correlação do comportamento dessa receita com o desempenho dos agregados macroeconômicos. Além disso, pressupõe-se em algumas receitas diretamente arrecadadas pelo Município, que as taxas de crescimento real sejam maiores, devido aos esforços de melhoria de gestão e diminuição de inadimplência. Os indicadores macroeconômicos básicos utilizados para a reestimativa de 2020 e as estimativas da receita para 2021, 2022 e 2023 foram:

Indicador	2020	2021	2022	2023
1.INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I P C A)	1,98%	3,02%	3,38%	3,33%
2.VARIAÇÃO DO PIB	-5,16%	3,47%	2,52%	2,43%
3.CRESCIMENTO VEGETATIVO DA FOLHA SALARIAL	1,19%	3,37%	2,86%	2,48%
4.CRESCIMENTO AUTÔNOMO DE OUTROS CUSTEIOS	12,76%	7,01%	7,70%	9,16%
5.ESFORÇO NA ARRECADAÇÃO TRIBUTÁRIA	4,04%	7,64%	8,38%	6,69%
6.CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DA UNIÃO	31,91%	13,34%	17,52%	20,92%
7.CRESC.REAL DAS TRANSFER CORR DO ESTADO	9,90%	4,34%	4,24%	6,16%
8.PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - EXECUTIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
9.PERCENTUAL DE AUMENTO SALARIAL - LEGISLATIVO	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
10.CRESCIMENTO DOS INVESTIMENTOS	-14,20%	16,18%	-12,24%	-3,42%
11.Taxa de Juros Selic (Média do Ano)	2,65%	2,23%	4,12%	5,28%
12.Taxa de Câmbio	5,17	5,06	4,82	4,78
13. INFLAÇÃO MÉDIA ANUAL (I G P M)	15,06%	4,25%	4,08%	3,80%

Fonte: as taxas dos itens 1, 2, 11 e 12 foram obtidas no site <https://www3.bcb.gov.br/expectativas/publico/consulta/serieestatisticas> na data base de 18/09/2020

E) Com base nesses agregados, detalhamos as estimativas de Receitas:

- Receitas Diretamente Arrecadadas: nas receitas tributárias, o melhor desempenho verificado nos anos anteriores ficou com o IRRF, especialmente sobre as retenções do IRRF sobre a folha de pagamento, devido ao congelamento da tabela do imposto de renda que acaba perfazendo um aumento do imposto devido, agregados ao constante aumento da folha reflete aumento do imposto retido; ao passo que a tabela esta congelada a varios anos não acompanhando o crescente aumento das reposições da folha de pagamento e o proprio crescimento vegetativo .

- Para o IPTU, em decorrência da atualização da planta de valores e de recadastramento imobiliário, as projeções apontam para um crescimento anual de 25,73% em 2021. Essa atualização da planta de valores também terá um reflexo no valor venal dos imóveis, acarretando, também, um crescimento na receita do ITBI, cuja meta, para 2021, é um aumento de 32,24%.

- Nas outras receitas tributárias (IRRF, ISS, Taxas, Contribuição de Melhoria) e receitas patrimoniais, os estudos apontam para uma manutenção da variação média apontada nos últimos anos, que é de 11,70%.

- Com relação aos precatórios houve a inscrição no corrente exercício de 36 (trinta e seis) precatórios para inclusão na LOA 2021, que somaram um montante de R\$ 1.1 milhão. Ainda está sendo previsto o valor para do acordo de parcelamento dos precatórios de 2018 e 2019 no valor de R\$ 2,9 milhões. Foi previsto ainda um valor para as requisições de pequeno valor (RPV). As despesas decorrentes dessas inscrições estão previstas no Projeto Atividade "Pagamento de decisões e sentenças judiciais" para empenho dos mesmos no exercício de 2021.

O preocupante com relação aos precatórios é que apesar da previsão no orçamento de 2021, é pouco provável que ocorra a quitação de todos os precatórios em um único exercício financeiro, visto à realidade financeira do município, pois somados o acordo do parcelamento dos precatórios 2018 e 2019 e os precatórios da LOA 2020 (que nos resta duvidas se estão submetidos ao acordo de parcelamento assim como os precatórios para a LOA 2021) os valores totais ultrapassam a casa de R\$ 15 milhões, sendo R\$ 4,5 milhões apenas para o acordo de parcelamento e dos precatórios da LOA 2021, o que denota atenção, demonstrada a receita prevista "Receita Extraordinária para Cobertura de Déficit", e ainda existem processos em transito que podem aumentar ainda mais esse déficit.

Cabe lembrar que esse cenário não é diferente do apresentado no projeto de lei da LOA 2020, onde da mesma forma, foi prevista a receita "Receita Extraordinária para Cobertura de Déficit" no montante de R\$ 12,1 milhões, a maior parte pela inclusão dos precatórios da LOA de 2020 e para pagamento do acordo do parcelamento dos precatórios 2018 e 2019 que somados ultrapassaram o montante de R\$ 5 milhões para pagamento apenas em 2020. Cabe destacar que tal situação denota enorme



Município de Candelária
LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
MEMÓRIA E METODOLOGIA DE CÁLCULO DA RECEITA
EXERCÍCIO DE 2021

preocupação quanto ao equilíbrio financeiro das contas do município, sendo impossível a quitação de todo o montante do saldo de precatórios em curtíssimo prazo, caso não cumprido o acordo de parcelamento que acarretaria no vencimento de todo o saldo a pagar dos precatórios, sem contar os precatórios da LOA 2020 e 2021.

Diante de todo esse cenário financeiro em que o município se encontra, com base nas memórias de cálculo e projeções para o exercício financeiro de 2021, só foi possível o fechamento dos quadros das receitas e despesas com a previsão de uma receita denominada "Receita Extraordinária para Cobertura de Déficit" num montante que ultrapassa R\$ 12 milhões, a fim de dar equilíbrio formal à proposta, em grande parte devido à inclusão dos precatórios para LOA 2021 e para pagamento do acordo do parcelamento dos precatórios 2018 e 2019, previstos num montante de R\$ 4,5 milhões. Ocorre que na prática estas receitas, "Receita Extraordinária para Cobertura de Déficit", não se confirmarão durante o exercício, sendo necessária adequação financeira durante todo o exercício.

- **Receitas de Transferências:** nas principais receitas que alimentam essa fonte, as expectativas apontam para um crescimento médio de 4,16% ao ano, em decorrência de uma maior participação no índice de retorno do ICMS, com reflexo direto na estimativa de transferência desse tributo, bem como nas transferências do IPI/Exportação e LC 87/96 (Lei Kandir). Com relação ao retorno do FPM, as expectativas, os estudos elaborados pela Secretaria do Tesouro Nacional apontam para uma variação de 3,17%, considerando-se, também, os valores a serem recebidos a título de "Cota -Extra" em decorrência das Emendas Constitucionais nº 55/2007 e 84/2014.

- Nas transferências do IPVA, a expectativa é de melhoria, em razão do esforço fiscal empreendido pelo Estado, a quem compete fiscalizar e arrecadar o tributo. Aliado a esse fato, a administração municipal pretende aumentar a fiscalização de trânsito com vistas a verificar a regularidade do licenciamento dos veículos registrados no Município. Em decorrência dessas medidas, é esperado um crescimento médio de 6,18%.

- Em relação ao FUNDEB, o desempenho esperado é de superávit, devido ao aumento do número de alunos matriculados bem como em razão do crescimento das receitas formadoras do FUNDEB (FPM, ITR, LC 87/96, ICMS, IPVA e IPI/Exportação). Assim, a diferença líquida entre a contribuição e retorno do Município tende a aumentar. Com base nessas premissas, para 2021 é esperada uma variação de 13,08% em relação a 2020.

- Outras transferências importantes são as do SUS, repassadas pelo Fundo Nacional de Saúde e Fundo Estadual de Saúde, bem como as destinadas à Assistência Social, repassadas pelo Fundo Nacional e Estadual e Assistência Social. As previsões apontam para uma estabilidade, ou seja, o valor a ser repassado nos próximos anos tende a manter-se nos mesmos patamares de 2020.

- Para as outras transferências legais (CIDE, Fex, FNDE, FNAS e outras), a perspectiva é de estabilidade, ou seja, prevê-se uma variação em função dos índices inflacionários ou acompanhando a variação das receitas da União.

- Nas transferências voluntárias correntes e de capital, realizadas em função de auxílios, convênios e contratos de repasse, a expectativa é que sejam mantidos os níveis hierárquicos recentes, sendo previstos os valores dos convênios celebrados (assinados) conforme consulta ao portal dos convênios.

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 17/12/2020 09:16 -03:00 - 03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://ic.atende.net/ip5fdb4c17ac2c5>

